Notícias do dia 23 de março

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 10

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TCE - GO
Mudança no Ipasgo provoca crítica e temor de aumento . . . 3

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS
TCE - GO
BDG entrevista Vinícius Luz, Presidente do Ipasgo . . . 6

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS
TCE - GO
Governo anuncia mudanças no Ipasgo . . . 7

MEGANÉSIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo . . . 8

DM ANÁPOLIS ONLINE - ANÁPOLIS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Governo diz que vai mudar natureza jurídica do Ipasgo por exigência do TCE-GO . . . 10

G1 - GOIÁS - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a seguir regras da Agência Nacional de Saúde; entenda o que muda . . . 11

JORNAL LOCAL - GO - GERAL
TCE - GO
Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo . . . 12

PANORAMA ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Mudanças no Ipasgo devem permitir inclusão de pais como dependentes de titulares . . . 14

RÁDIO EDUCATIVA IPORÁ ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a seguir regras da Agência Nacional de Saúde; entenda o que muda . . . 16

SERTANEJA FM - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a seguir regras da Agência Nacional de Saúde; entenda o que muda . . . 17

MAJOR REIS - GOIÁS - TRINDADE - NOTÍCIAS
TCE - GO
Primeira reunião sobre mudança de razão jurídica do Ipasgo termina sem consenso . . . 18

Mudança no Ipasgo provoca crítica e temor de aumento

Sob argumento de determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**) e de escolha de melhor modelo após estudos e consultas a outros estados, o governo de **Goiás** anunciou nesta quarta-feira (22) a proposta de transformar o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) em sociedade de serviço autônomo (SSA), mudando a vinculação - até aqui de autarquia -com o Poder Público.

Em reação, entidades que representam o funcionalismo chama m a mudança de privatização, e apontam risco de aumento da cobrança dos planos e a preocupação com o destino de 239 servidores. Reclamam também da "surpresa" com a proposta, sem inclusão do funcionalismo na escolha do modelo.

Na campanha eleitoral do ano passado, o governador Ronaldo Caiado (UB) fez postagens nas redes sociais afirmando que era "fake news" a divulgação de que ele havia determinado a privatização do Ipasgo. "É mentira! Nosso governo jamais levantou qualquer hipótese de privatização do Ipasgo. Muito pelo contrário: repassamos os recursos do Instituto rigorosamente em dia", postou em julho de 2022.

Na ocasião, o governo já estudava novos modelos para mudança da natureza jurídica, em conversas com o **TCE**-**GO** e com outros estados.

A gestão estadual contesta o termo privatização e diz que fará novas rodadas de conversas com o funcionalismo nas próximas duas semanas, para então enviar projeto de lei das alterações para a Assembléia É exigência do Tribunal de Contas, não ê iniciativa do governador. O estado ê submisso ãs regras e às leis e essa discussão foi a nós colocada pelo **TCE**, dando prazo limite até o final do ano" Ronaldo Caiado (UB), governador de **Goiás** Legislativa.

O governo afirma que poderá fazer aportes na SSA para evitar desequilíbrio das contas e possíveis acréscimos relevantes na mensalidade, mas diz não ter fechado ainda previsão devalordo subsídio. A administração alega também que haverá um período de transição em acerto com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que passa a regular o instituto.

Sobre o quadro de servidores, a proposta do governo é que sejam redistribuídos em funções em outros órgãos do estado, em prazo de um ano, conforme definição da Secretaria Estadual de Administração (Sead). No entanto, há 21 casos de funcionários prestes a se aposentar. Com a mudança de cargo, eles terão de pagar um pedágio de cinco anos até concluir o período de contribuição. Há também preocupação com diferenças em planos de carreira nas novas funções.

DIVERGÊNCIAS

Os servidores contestam a alegação de que houve determi-nação do **TCE**-**GO**. Isso porque o último parecer sobre as contas do governo, feito pelo **conselheiro Celmar Rech** em junho do ano passado, traz opções à gestão estadual, com prazo até o fim de 2023: mudar a natureza jurídica ou se adequar a alguns pontos, como exclusão da arrecadação do Ipasgo na receita corrente líquida do estado (RCL) e a realização de concursos para fortalecer a fiscalização e melhorar a prestação de serviços.

Em entrevista coletiva na tarde de quarta-feira, o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz. e a procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente, afirmaram que estudos jurídicos apontaram inviabilidade de exclusão da RCL sem alterar a natureza jurídica do órgão. Já a assessoria jurídica de entidades que representam o funcionalismo afirmam que seria possível realizar a diferenciação da receita.

Os auxiliares do governo também contestaram o termo privatização, que alegam que seria colocar o Ipasgo à venda para uma empresa privada. Eles admitem que, com o novo sistema, o instituto passa a funcionar como um plano de saúde, mas com o vínculo ainda com a gestão.

O governador também havia dito pela manhã que a mudança era determinação do **TCE**-**GO**. "É exigência do Tribunal de Contas, não é iniciativa do governador. O estado é sub- misso às regras e às leis e essa discussão foi a nós colocada pelo **TCE**, dando prazo limite até o final do ano", afirmou.

Ao ser questionado sobre privatização, o governador respondeu que "não tem nada a ver", mas não deu mais detalhes sobre como funcionará o órgão. "Haverá discussão com todos os sindicatos e beneficiários do

Ipasgo para ver qual o caminho que deve ser tomado agora. O estado não pode descumprir uma decisão do **TCE**", disse.

Na terça-feira, quando Vinícius Luz convocou servidores para reunião para anúncio da mudança da natureza jurídica, houve alvoroço no funcionalismo, que indicavam risco de pre juízos aos usuários, em termos de rede de atendimento e valor de mensalidade. Após duas reuniões, a primeira na sede do Ipasgo e a segunda na PGE, houve acerto para novo encontro na sexta-feira (24).

Pelo menos desde 2020, o **TCE**-**GO** tem defendido que a opção por autarquia é inadequada. Isso porque as receitas e gastos guardam relação apenas com os beneficiários (servidores) e não com o erário. Rech alertou no início de 2021 que as unidades técnicas do **TCE**-**GO** já fizeram críticas reiteradas sobre a questão nos processos de julgamento de contas do governo.

Em recomendação feita também em 2021, ele solicitou que o governo avaliasse a conveniência e oportunidade da adoção de medidas para alteração da natureza jurídica do Ipasgo, "de forma a fazer cessar as inadequadas implicações de se conferir artificialmente o caráter de receita pública aos recursos arrecadados dos beneficiários do plano de saúde".

Já em março do ano passado, houve determinação do **conselheiro** para que o instituto informasse "justificativa técnica para a manutenção da atual natureza jurídica, vez que, apesar de legalmente válida, a opção costuma ser apontada pelo Tribunal de Contas como causadora de outros efeitos indesejados".

Apesar da posição do **TCE** goiano. há outros estados que mantêm modelo de autarquia sem questionamentos dos órgãos de controle. O governo informou que o formato do Paraná, que tem SSA, serviu de inspiração para construir a proposta de **Goiás**.

SINDICATOS O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de **Goiás** (Sindipúblico), Nylo Sérgio, chamou atenção para a diferença de reajustes de planos de saúde regulados pela ANS. "Será uma entidade privada e regulada pela ANS. Nosso maior medo é o que isso vai influenciar na prestação de serviço e também na questão de valores para os usuários. Só no ano passado, houve aumento de 15.5% dos planos de saúde regidos pela ANS", disse.

O Ipasgo reajustou a mensalidade no início deste mês em 18,34%, depois de quase quatro anos sem alteração. A reposição da in fiação do período apontava para aplicação de 24,82%. Com a alteração, os reajustes passam a ser anuais e em parcelas maiores.

Nylo falou ainda da situação delicada de alguns servidores. "Hoje havia senadores aos prantos porque estão num limbo. Podem levar até um ano para serem absorvidos e aqueles que estão perto de aposentar terão de cumprir pedágio de cinco anos ou aposentar proporcionalmente." A deputada estadual Bia de Lima (PT), sindicalista que participou das reuniões, reclamou da não consulta anterior por parte do governo. "A forma como temos sido pegos de surpresa é o que nos amedronta. Chegamos a debater isso e o governo suspendeu, e agora chega com tudo pronto. Todas as vezes que chegam com tudo pronto, boa coisa não é."

Mudanças no Ipasgo

Principais pontos da proposta do governo para alteração no instituto

Natureza jurídica h Deixa de ser autarquia e passa a ser sociedade de serviço autônomo (SSA), que terá um contrato de gestão com o governo para gerir o sistema de assistência à saúde dos servidores. A regulação será feita pela ANS.

Servidores O Ipasgo tem atualmente 239 servidores efetivos, 586 terceirizados e 18 comissionados, além de 53 cedidos ou à disposição do instituto. Os efetivos serão realocados na gestão, pela Sead, em prazo de 1 ano. Terceirizados seriam contratados pela CLT pela SSA. O funcionalismo aponta problemas para quem está prestes a se aposentar e em diferenças de planos de carreira.

Cobertura De acordo com o governo, ANS prevê a ampliação da cobertura, com elevação de 879 procedimentos médicos, 8 atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), além de insumos.

JL Valores L O governo afirma que poderá fazer aportes para evitar desequilíbrio nas contas e acréscimo relevante às mensalidades. Mas não houve divulgação de cálculo deste impacto. Como a regulamentação será da ANS, os reajustes anuais seguirão a tabelada agência. Não haveria a possibilidade de reajustes menores ou não anuais, como ocorre atualmente.

Gestão A SSA terá como presidente nome indicado pelo governador, com a direção e conselhos (de administração e fiscal) formados por indicações do

governo e do funcionalismo.

Site: https://opopular.com.br/digital/23-marco-2023/1o-caderno

BDG entrevista Vinícius Luz, Presidente do Ipasgo

Assunto(s): GOVERNO DE **GOIÁS**, PGE, **TCE GOIÁS**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/03/23/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-07.32.41-07.39.14-1679567989.mp4

Governo anuncia mudanças no Ipasgo

Plano de saúde dos servidores vai seguir regras da ANS, com reajuste anual.

Assunto(s): SECRETARIA ESTADUAL DA ADMINISTRAÇÃO, GOVERNO DE **GOIÁS**, PGE, **TCE GOIÁS**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/03/23/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-06.20.19-06.24.47-1679563864.mp4

Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo

Leo Silva

Instituto deixa de ser uma autarquia para se tornar um Serviço Social Autônomo (SSA), regido pelas normas a Agência Nacional de Saúde (ANS), o que irá ampliar rol de cobertura e acesso a dependentes

"A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz. A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). - Fotos: Ipasgo"A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz. A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). - Fotos: Ipasgo O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Determinação do **TCE**

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Mudanças

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros

53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Perfil

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros. O instituto tem orçamento de quase R$ 2 bilhões por ano oriundo de recursos privados dos servidores públicos.

Fique bem informado, nos acompanhe em nossas redes sociais Telegram

Instagram

Twitter

Facebook - Grupo

Facebook - FanPage

WhatsApp - Grupo

Site: http://www.meganesia.com.br/noticias/11935-projeto-de-lei-muda-natureza-juridica-do-ipasgo

Governo diz que vai mudar natureza jurídica do Ipasgo por exigência do TCE-GO

Por: Rafael Tomazeti

A procuradora-geral do Estado (PGE), Juliana Prudente, afirmou em entrevista coletiva nesta quarta-feira (22) que há uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) para que seja feita a troca da natura jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) até o fim do ano.

Mais cedo, o governador Ronaldo Caiado também afirmou que a alteração era determinação do **TCE**-GO. "Não é iniciativa do governador. O estado é submisso às regras e às leis, e essa discussão foi colocada a nós pelo **TCE**-GO, com prazo limite até o fim do ano."

Houve nesta quarta a primeira de várias reuniões que devem ocorrer com sindicatos ligados ao Ipasgo. O plano ainda não foi detalhado, mas um projeto de lei precisa ser enviado à Assembleia Legislativa para que o governo tenha autorização para efetuar a alteração.

Se confirmada a mudança, o Ipasgo deixaria de ser uma autarquia do quadro do **administração estadual** e se tornaria uma sociedade de serviço autônomo. Há quem defenda que essa alteração facilitaria, por exemplo, a inclusão de dependentes.

Todavia, servidores temem que este seja um caminho para a privatização e que haja precarização dos serviços prestados pelo plano de saúde. Hoje, o Ipasgo tem cerca de 600 mil usuários.

O plano de saúde passaria a ser regulado pela Agência Nacional de Saúde.

Site:
https://www.dmanapolis.com.br/noticia/55182/governo-diz-que-vai-mudar-natureza-juridica-do-ipasgo-por-exigencia-do-tce-go

Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a seguir regras da Agência Nacional de Saúde; entenda o que muda

O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de **Goiás** (Ipasgo Saúde) deixará de ser uma autarquia e vai seguir as regras da Agência Nacional de Saúde. Segundo a procuradora-geral Juliana Prudente, essa mudança acontecerá após uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que entendeu que a forma que o Ipasgo é registrado atualmente é irregular.

A procuradora-geral ressaltou que o modelo ainda está sendo discutido antes de ser remetido ao governador Ronaldo Caiado (UB).

LEIA TAMBÉM

Juliana Prudente explicou que a mudança é de personalidade jurídica . Com a alteração, o Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a ser um serviço social autônomo . Segundo ela, não se trata de uma privatização.

Conforme o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, o novo modelo vai seguir as regras da ANS como os outros planos de saúde, o que inclui os reajustes frequentes . "A partir do momento que passamos a ser regulados pela ANS, temos que cumprir todas as determinações. Inclusive com questão de reajuste , disse.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviços Público do Estado de **Goiás**, Nylo Sérgio, reclamou da possibilidade de reajustes e da realocação de servidores. "Disseram que podem até um ano para absorver os servidores", reclamou.

Segundo a procuradora-geral, os servidores efetivos serão colocados à disposição da Secretaria de Estado da Administração (Sead) e os comissionados deverão ser contratados por quem assumir o Ipasgo.

Veja outras notícias da região no g1 **Goiás** .

Site:
https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/03/23/ipasgo-deixara-de-ser-uma-autarquia-e-passara-a-seguir-regras-da-agencia-nacional-de-saude-entenda-o-que-muda.ghtml

Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo

Andreazza Joseph

Instituto deixa de ser uma autarquia para se tornar um Serviço Social Autônomo (SSA), regido pelas normas a Agência Nacional de Saúde (ANS), o que irá ampliar rol de cobertura e acesso a dependentes

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Determinação do **TCE**

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Mudanças

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Perfil

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o

estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros. O instituto tem orçamento de quase R$ 2 bilhões por ano oriundo de recursos privados dos servidores públicos.

Fotos: Ipasgo - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** - Governo de **Goiás**

Legenda:

Site: https://www.jornallocal.com.br/projeto-de-lei-muda-natureza-juridica-do-ipasgo/

Mudanças no Ipasgo devem permitir inclusão de pais como dependentes de titulares

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. " A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Fonte: Mais **Goiás**

Foto: Portal Panorama

Jornalismo Portal Panorama

panorama.not.br

Site: https://pn7.com.br/mudancas-no-ipasgo-devem-permitir-inclusao-de-pais-como-dependentes-de-

titulares/

Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a seguir regras da Agência Nacional de Saúde; entenda o que muda

Procuradora-geral disse que serviço de assistência mudará de natureza jurídica. Mudança acontecerá após determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que entendeu que a forma que o Ipasgo é registrado atualmente é irregular. Governo anuncia mudanças no Ipasgo

O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de **Goiás** (Ipasgo Saúde) deixará de ser uma autarquia e vai seguir as regras da Agência Nacional de Saúde. Segundo a procuradora-geral Juliana Prudente, essa mudança acontecerá após uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que entendeu que a forma que o Ipasgo é registrado atualmente é irregular.

Compartilhe no WhatsApp

Compartilhe no Telegram

A procuradora-geral ressaltou que o modelo ainda está sendo discutido antes de ser remetido ao governador Ronaldo Caiado (UB).

LEIA TAMBÉM

Equatorial assume distribuição de energia em **Goiás** e afirma que vai criar novas subestações

Conheça a empresa que comprou a distribuição de energia em **Goiás**

Juliana Prudente explicou que a mudança é de personalidade jurídica. Com a alteração, o Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a ser um serviço social autônomo. Segundo ela, não se trata de uma privatização.

Fachada do Ipasgo, em Anápolis, Goiá

Divulgação/Ipasgo

"Hoje as contribuições dos servidores ingressam no tesouro e distorcem nossa receita corrente líquida. Precisamos fazer a alteração para que a contribuição ingresse diretamente na pessoa jurídica de direito privado", disse.

"Não se trata de privatização", explicou a procuradora. "O serviço social autônomo é uma pessoa jurídica de direito privado atípica. A pessoa jurídica de direito privado presta o serviço público mas tem toda uma governança compartilhada com servidor público, com participação do estado e dos servidores", completou.

Conforme o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, o novo modelo vai seguir as regras da ANS como os outros planos de saúde, o que inclui os reajustes frequentes. "A partir do momento que passamos a ser regulados pela ANS, temos que cumprir todas as determinações. Inclusive com questão de reajuste , disse.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviços Público do Estado de **Goiás**, Nylo Sérgio, reclamou da possibilidade de reajustes e da realocação de servidores. "Disseram que podem até um ano para absorver os servidores", reclamou.

Segundo a procuradora-geral, os servidores efetivos serão colocados à disposição da Secretaria de Estado da Administração (Sead) e os comissionados deverão ser contratados por quem assumir o Ipasgo.

Veja outras notícias da região no g1 **Goiás**.

VÍDEOS: últimas notícias de **Goiás**

FONTE: https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/03/23/ipasgo-deixara-de-ser-uma-autarquia-e-passara-a-seguir-regras-da-agencia-nacional-de-saude-entenda-o-que-muda.ghtml

Site: https://www.educativaipora.com.br/news-ipasgo-deixara-de-ser-uma-autarquia-e-passara-a-seguir-regras-da-agencia-nacional-de-saude;-entenda-o-que-muda

Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a seguir regras da Agência Nacional de Saúde; entenda o que muda

Procuradora-geral disse que serviço de assistência mudará de natureza jurídica. Mudança acontecerá após determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que entendeu que a forma que o Ipasgo é registrado atualmente é irregular. Governo anuncia mudanças no Ipasgo

O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de **Goiás** (Ipasgo Saúde) deixará de ser uma autarquia e vai seguir as regras da Agência Nacional de Saúde. Segundo a procuradora-geral Juliana Prudente, essa mudança acontecerá após uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que entendeu que a forma que o Ipasgo é registrado atualmente é irregular.

Compartilhe no WhatsApp

Compartilhe no Telegram

A procuradora-geral ressaltou que o modelo ainda está sendo discutido antes de ser remetido ao governador Ronaldo Caiado (UB).

LEIA TAMBÉM

Equatorial assume distribuição de energia em **Goiás** e afirma que vai criar novas subestações

Conheça a empresa que comprou a distribuição de energia em **Goiás**

Juliana Prudente explicou que a mudança é de personalidade jurídica. Com a alteração, o Ipasgo deixará de ser uma autarquia e passará a ser um serviço social autônomo. Segundo ela, não se trata de uma privatização.

Fachada do Ipasgo, em Anápolis, Goiá

Divulgação/Ipasgo

"Hoje as contribuições dos servidores ingressam no tesouro e distorcem nossa receita corrente líquida. Precisamos fazer a alteração para que a contribuição ingresse diretamente na pessoa jurídica de direito privado", disse.

"Não se trata de privatização", explicou a procuradora. "O serviço social autônomo é uma pessoa jurídica de direito privado atípica. A pessoa jurídica de direito privado presta o serviço público mas tem toda uma governança compartilhada com servidor público, com participação do estado e dos servidores", completou.

Conforme o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, o novo modelo vai seguir as regras da ANS como os outros planos de saúde, o que inclui os reajustes frequentes. "A partir do momento que passamos a ser regulados pela ANS, temos que cumprir todas as determinações. Inclusive com questão de reajuste , disse.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviços Público do Estado de **Goiás**, Nylo Sérgio, reclamou da possibilidade de reajustes e da realocação de servidores. "Disseram que podem até um ano para absorver os servidores", reclamou.

Segundo a procuradora-geral, os servidores efetivos serão colocados à disposição da Secretaria de Estado da Administração (Sead) e os comissionados deverão ser contratados por quem assumir o Ipasgo.

Veja outras notícias da região no g1 **Goiás**.

VÍDEOS: últimas notícias de **Goiás**

FONTE: https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/03/23/ipasgo-deixara-de-ser-uma-autarquia-e-passara-a-seguir-regras-da-agencia-nacional-de-saude-entenda-o-que-muda.ghtml

Site: https://www.sertanejafm.com.br/news-ipasgo-deixara-de-ser-uma-autarquia-e-passara-a-seguir-regras-da-agencia-nacional-de-saude;-entenda-o-que-muda

Primeira reunião sobre mudança de razão jurídica do Ipasgo termina sem consenso

@major_reis

A mudança provocou "preocupação" em servidores que alegaram sequer saber que o debate estava à mesa

Pegos de surpresa com o anúncio que o Governo de **Goiás** pretende alterar a razão jurídica do Ipasgo nesta quarta-feira (22/03), representantes dos servidores pediram mais tempo para apreciar a proposta do Executivo que será encaminhada à Assembleia Legislativa para os deputados apreciarem. A mudança provocou "preocupação" em servidores que alegaram sequer saber que o debate estava à mesa.

Na prática, houve uma rejeição avassaladora à primeira vista que a procuradora Geral do Estado, Juliana Prudente, e a equipe técnica do Governo terão de reverter até a próxima sexta-feira (24) quando, pela manhã, uma nova reunião acontecerá junto aos representantes dos servidores. Do lado da **administração estadual**, a tese é que existe uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) no vácuo do Governo para a alteração.

Do lado dos servidores, existe a alegação de debate atropelado sem que houvesse conversas nem diálogo antes que o Projeto de Lei esteja às mãos dos deputados. O assunto foi motivo de questionamento dos deputados estaduais Mauro Rubem e Bia de Lima, ambos do PT. O primeiro, voltou a criticar a forma como o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) tem encaminhado os projetos da governadoria para a **Alego**. A segunda, manifestou preocupação diante da mudança. "O caminho direto para forca não concordarmos", disse em entrevista coletiva.

O que o Governo pretende com a mudança?

Responsável por levar aos servidores as mudanças, a procuradora-Geral, Juliana Prudente destacou em coletiva à imprensa que o Governo de **Goiás** deveria acatar até o fim de 2023, a 'recomendação' do **TCE** para mudar a "personalidade jurídica" do Instituto. "Na verdade é uma determinação", corrigiu.

Sem um sucesso inicial, uma nova reunião ficou marcada para a próxima sexta-feira. "Sabemos dos receios que são levantados. O que se espera? Que diante dessas primeiras conversas nós tenhamos algo concreto para levar ao governador do Estado a quem compete levar o PL para Assembleia", destacou.

Prudente destacou que não trata-se de privatização do Instituto. "O que acontece? O serviço social autônomo é criado por lei. A lei que cria esse serviço é a mesma que vai extinguir a autarquia. Há uma transformação no mesmo PL. Saí da administração pública. Não se trata de privatização. Estamos propondo num primeiro momento a gente entende que trata-se de um serviço social autônomo". Quando o parecer foi emitido, no ano passado, o governador chegou a destacar que não estava nos planos do Governo privatizar a empresa.

A procuradora ainda disse que a intenção do Governo é de melhorar o serviço a quem utiliza os serviços do Ipasgo. "Na verdade, enxergamos que esse novo serviço social autônomo vai ser adequado com forma maior qualidade e com mais eficiência. Hoje, qual a preocupação da equipe técnica do governo? É que tenha o menor impacto a nível de desembolso financeiro. Estamos estudando para justamente que não haja incremento e que o Estado vai arcar com os subsídios de recurso público", pontuou.

"Pegos de surpresa", alegam servidores

Representantes sindicais ouvidos pelo Diário de **Goiás** relatam que foram pegos de surpresa com relação aos anúncios do Governo. Alguns, até dizem entender que mudanças são necessárias, mas que poderia ser apresentada de outras formas. "Até mesmo membros do Conselho do Ipasgo não sabiam do que se tratavam essas mudanças", relatou uma fonte ao DG. Um presidente sindical reclamou: "fiquei sabendo pela imprensa".

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de **Goiás** (Sintego), a deputada estadual Bia de Lima (PT) não escondeu a insatisfação após a reunião. Ela chegou a dizer que a forma como o debate estava sendo tocado 'amedrontava' os servirores.

"Estamos muito preocupados. É preciso que toda a sociedade goiana saiba que além das 600 mil vidas que o Ipasgo atende, mais os agregados e tudo mais. Vai mexer também com os prestadores de serviço.

Isso nos preocupa porque de uma hora para outra o Governo tem tanta pressa em retirar o nosso plano de saúde. São 60 anos de muito trabalho", destacou durante coletiva à imprensa.

Caiado resistiu à primeira vista mas voltou atrás

O parecer do **Tribunal de Contas do Estado** não é uma novidade e é uma determinação que consta no parecer prévio das contas anuais do governador, referente a 2021, que previa "providências para que, até o final de 2023, seja efetivada a conversão do Ipasgo [Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de **Goiás**] em pessoa jurídica de direito privado".

À época, em julho do ano passado, Caiado foi as redes dizer que qualquer hipótese de privatização do Ipasgo, tratava-se de fake news. "Nosso governo jamais levantou qualquer hipótese de privatização do Ipasgo. Muito pelo contrário: repassamos os recursos do Instituto rigorosamente em dia", destacou.

Como alternativa às providências para converter o Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, o governo pode promover "medida com potencial equivalente para resolução dos problemas" apontados na análise do **conselheiro** relator, **Celmar Rech**.

De acordo com ele, os recursos oriundos da receita do Ipasgo não devem compor a Receita Corrente Líquida (RCL). "No exercício de 2021, esses valores somaram R$ 1,817 bilhão, o que representa 5,76% da RCL do período."

"A manutenção da atual natureza jurídica do Ipasgo também prejudica a transparência social e a inteligibilidade sobre os gastos estaduais com a função saúde pública, como dito alhures, pelo fato de que seus dispêndios, de caráter não universal, são direcionados a um público específico, os usuários do plano de saúde, e não com a saúde da sociedade em geral", afirma o relator, que recomenda a transformação do órgão "em uma fundação ou outra instituição privada sem fins lucrativos", dizia no trecho do documento.

Fonte: Diário de **Goiás**

Site: https://majorreis.blog.br/ipasgo/